

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.604 - SC (2019/0344356-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : MUNICÍPIO DE JOINVILLE
PROCURADOR : RAFAEL SCHREIBER - SC021750
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : GEORGE ALEXANDRE ROHRBACHER
ADVOGADO : GEORGE ALEXANDRE ROHRBACHER (EM CAUSA PRÓPRIA) - SC017891

DECISÃO

O MUNICÍPIO DE JOINVILLE requer a suspensão dos efeitos da decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que acolheu parcialmente os Embargos de Declaração n. 0043678-88.2012.8.24.0038, opostos ao acórdão proferido na Apelação n. 0000113-74.1997.8.16.0086.

Na origem, ajuizou-se ação popular em desfavor do requerente, buscando-se a declaração de invalidade do Edital de Concorrência n. 107/2012 e a anulação do contrato firmado entre o requerente e o Consórcio Viseu-Caex, vencedor do referido certame, cujo objeto se voltava à outorga de concessão de direito de uso e exploração de área correspondente ao Complexo Expoville.

O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido inicial para declarar a nulidade da decisão administrativa que habilitara o referido consórcio no certame licitatório e vedara a execução do contrato (fls. 387-388).

Contra essa decisão, o requerente e o referido consórcio interpuseram recursos de apelação. A Terceira Câmara de Direito Público do TJSC, por unanimidade, deu parcial provimento aos recursos e afastou nulidades reconhecidas na sentença. Todavia, manteve a procedência do pedido inicial de anulação do certame e modulou os efeitos da decisão, estabelecendo o prazo de 12 meses para que a municipalidade promovesse novo procedimento licitatório (fls. 532-570).

Em face dessa decisão, foram opostos os referidos embargos de declaração, com pedido de dilação do prazo de modulação, fixado no julgamento da apelação. Por unanimidade, a Terceira Turma de Direito Público do TJSC acolheu-os parcialmente para

"determinar que, a partir do presente julgamento, o contrato objeto da demanda seja prorrogado por mais dezoito meses" (fl. 585).

Daí a requerente formula o presente pedido suspensivo e sustenta o seguinte:

a) a manutenção das decisões impugnadas – a que anulou o certame e a que determinou a resolução do contrato e a promoção de novo procedimento licitatório pelo prazo de 18 meses, a contar do julgamento do embargos (11/12/2018) – enseja grave lesão à economia pública e afronta o interesse público; b) a imposição de resolver o contrato e de proceder à nova contratação até 10/6/2020 põe em risco o interesse público; c) a municipalidade poderá sofrer processos indenizatórios caso tenha de resolver, no prazo de 7 meses, o contrato firmado com o referido consórcio, cujo valor é superior a 52 milhões de reais e duração de 25 anos sem prorrogação.

O município assevera que foram interpostos recursos especial e extraordinário, que ainda se encontram na origem (fl. 7). Sustenta que há probabilidade de êxito no recurso especial, de modo que seria prudente, em prol do interesse público, da economia pública e da regular prestação dos serviços públicos, a suspensão da decisão impugnada até decisão final do STJ sobre a controvérsia (fl. 14).

Por fim, aduz que não pretende suspender a decisão que declarou a nulidade do certame, mas sim sustar, até o trânsito em julgado do feito principal, a decisão que impôs à municipalidade a resolução do referido contrato e a promoção de novo certame no prazo de 18 meses, que se expira, segundo o requerente, em 10/6/2020 (fl. 15).

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, devendo o requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada (STF, SS n. 1.185/PA, relator Ministro Celso de Mello, DJ de 4/8/1998; STJ, AgRg na SLS n. 845/PE, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJe de 23/6/2008).

No caso, a requerente pretende ver suspensa decisão do TJSC que, em embargos de declaração em apelação, aumentou o prazo de 12 para 18 meses – contados a partir do julgamento dos embargos, que ocorreu em 11/12/2018 – para que a municipalidade providenciasse a resolução do contrato firmado com o referido consórcio e promovesse novo procedimento licitatório.

A excepcionalidade prevista na legislação de regência não foi devidamente comprovada pelo requerente, que, ao invés de demonstrar, por meio de elementos concretos, o potencial lesivo da medida impugnada, limitou-se a alegações genéricas e conjecturais.

Quanto à suposta lesão à ordem econômica, não há nos autos elementos que levem à conclusão de que a manutenção da decisão impugnada resultaria no colapso ou no desequilíbrio das contas públicas ou de que ela efetivamente afetaria a prestação dos serviços públicos na municipalidade.

Ademais, o requerente não desenvolveu argumentos suficientes para mínima demonstração da alegada afronta ao interesse público. No caso, verifica-se que o TJSC entendeu, após análise do conjunto fático-probatório, ser nulo o certame licitatório em razão da ausência de comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional do consórcio vencedor do certame, que fora habilitado em desacordo com o edital.

Nessa parte, cumpre ressaltar que o exame dessa questão, atinente ao mérito da ação originária, é alheio à via suspensiva. Além disso, a preservação do interesse público também perpassa pela higidez do certame licitatório, declarado nulo pelo Tribunal *a quo*.

Quanto ao prazo de 18 meses estabelecido para o cumprimento da ordem, observo, sem adentrar o mérito, que a Corte de origem, atenta ao interesse público propriamente dito, procedeu com razoabilidade.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes trechos (fls. 584-585):

Destarte, atento a este enredo, penso que alguma lapidação no acórdão embargado seja pertinente, a fim de permitir que a municipalidade possa desenvolver de modo mais adequado, sem açodamentos que inviabilizem a perfeita conclusão do contrato licitatório, preservando, como dito, o interesse coletivo.

Porém, de modo menos elástico do que sugerido em reclamo (pelo prazo de trinta meses); é que no ano de 2020 terá início o processo eleitoral para escolha de prefeitos e vereadores, o que afeta sobremaneira a o

Superior Tribunal de Justiça

desenvolvimento destes procedimentos. Assim, tendo em vista o premente obstáculo, a dilação pelo período de dezoito meses, com encerramento em meados de junho daquele ano, mostra-se mais adequado e guarda consonância com os basilares princípios administrativos, dentre os quais o da eficiência.

Nestes termos, merecem parcial acolhimento os embargos de declaração, tanto para o esclarecimento semântico efetuado, conquanto sem efeitos infringentes, como para determinar que, a partir do presente julgamento, o contrato objeto da demanda seja prorrogado por mais dezoito meses.

Por último, o argumento referente à probabilidade de êxito do recurso especial não merece prosperar, pois é incabível a utilização da via suspensiva como se recurso fosse. Registre-se que há meios e instrumentos jurídicos cabíveis para que o requerente pleiteie, se entender necessário, a concessão de efeito suspensivo ao especial.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente